



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Comitê Permanente de Gestão Estratégica

Núcleo de Estatística e de Gestão Estratégica

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Parcial – Exercícios 2016/2017/2018/2019

Florianópolis, 06 de fevereiro de 2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA	6
DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL.....	7
PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2019	8
OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA	9
Análise dos resultados:	11
Medidas de melhoria propostas:	12
OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA.....	13
Análise dos resultados:	14
Medidas de melhoria propostas:	15
OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL	16
Análise dos resultados:	18
Medidas de melhoria propostas	18
OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.....	19
Análise dos resultados:	20
Medidas de melhoria propostas:	20
OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO	21
Análise dos resultados:	22
Medidas de melhoria propostas:	23
OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS.....	24
Análise dos resultados:	26
Medidas de melhoria propostas:	26
OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA.....	27
Análise dos resultados:	28
Medidas de melhoria propostas:	28
OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA.....	29
Análise dos resultados:	32
Medidas de melhoria propostas:	32
OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	33
Análise dos resultados:	34
Medidas de melhoria propostas:	34

APRESENTAÇÃO

Este relatório de desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina apresenta os resultados parciais do ciclo estratégico vigente, especificamente dos exercícios 2016, 2017, 2018 e 2019.

Trata-se de um dos artefatos do processo “Gerenciar Estratégia Institucional”, mapeado em conformidade com o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina, instituído pela Res. TRESA n. 7.975/2018.

A Res. TRESA n. 7.976/2018 que alterou a Resolução TRESA n. 7.935/2015 (Planejamento Estratégico Institucional) assim dispôs:

"Art. 3- O CPGE incluirá, ao menos quadrimestralmente, a Análise da Estratégia nas pautas de suas reuniões ordinárias, para avaliação de resultados.

§ 1- Como parte da Análise da Estratégia, poderá o CPGE elaborar propostas de ajustes ao Planejamento Estratégico e às suas metas, bem como outras medidas necessárias à melhoria do desempenho de sua execução.

§2- O relatório de Análise da Estratégia produzido pelo CPGE será remetido ao Conselho de Governança Corporativa para avaliação de resultados e deliberação sobre propostas de ajustes."

Este relatório apresenta o mapa estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (contemplando a missão, visão de futuro e valores da Instituição), os 9 objetivos e respectivas descrições e os indicadores estratégicos e de apoio¹ que os compõem, apresenta também a análise dos resultados² do exercício 2019 realizada pelas unidades responsáveis pelas medições dos indicadores e as medidas de melhoria propostas para avaliação pelas instâncias internas de governança.

Importante mencionar que no exercício 2019 foi realizada auditoria no processo de gestão da execução do plano estratégico, com enfoque nos indicadores estratégicos deste Tribunal. O resultado da auditoria concluiu por expedir 6 orientações à Administração, presentes no PAE n. 31.398/2019 e a seguir elencadas e que sugerimos ser objeto da próxima RAE, para realização de análise específica sobre cada uma das orientações.

“1.1. (a) as metas não atingidas no Plano Estratégico sejam objeto de análise específica por parte do CPGE, considerando as possíveis causas e deliberando sobre a sua manutenção ou redimensionamento; (b) seja obedecida a periodicidade quadrimestral para a inclusão da Análise da Estratégia nas pautas das reuniões ordinárias do CPGE, conforme consta na Resolução TRESA n. 7.976/2018 – Achado A1;”

¹ A medição dos indicadores é realizada anualmente e considera o período 01/01 a 31/12 de cada exercício.

² Os gráficos dos resultados apresentam contorno em cores para identificar os indicadores que atingiram ou superaram a meta no exercício (em azul), não atingiram a meta no exercício (em vermelho) e que não são mensuráveis no exercício (em cinza).

“1.2. as metas não atingidas no Plano Estratégico sejam objeto de análise específica por parte do CPGE, com o registro formal da tomada de decisão objetivando o alcance das metas no próximo exercício ou justificando a inviabilidade da execução de ações institucionais nesse sentido – Achado A2;”

“1.3. todo o processo de avaliação do desempenho institucional seja objeto de análise específica por parte do CPGE, desde a verificação de cada uma das metas não atingidas, passando pela tomada de decisões sobre a necessidade de ações corretivas, assim como sobre a viabilidade de plano de ação/projeto para alcance da respectiva meta – Achado A3”

“1.4. sejam atualizadas as fichas dos indicadores, incluindo a nomeação de servidor e respectivo substituto responsáveis pela obtenção de dados e medição dos indicadores, assim como, solicitar que os esses apresentem um procedimento operacional padrão (POP) de como realizam a medição, para registro – Achado A5;”

“1.5. sejam atualizadas as fichas dos indicadores, incluindo a identificação das respectivas partes interessadas (quem controla o resultado, quem toma decisões com o resultado, quem realiza esforços para alcançar a meta etc.), com vistas a certificar de que todas estão formalmente consignadas – Achado A6;”

“1.6. (a) não seja utilizada a prática de repetição de resultados de indicadores, haja vista o risco de se incorrer em equívoco na tomada de decisões, assim como, (b) caso não seja possível realizar a medição do resultado do indicador, justificar as razões e circunstâncias que levaram a tal fato – Achado A7.”

O TRESA ainda no andamento da auditoria criou o PAE n. 39.883/2019 para encaminhamento dos apontamentos de auditoria, o que foi considerado boa prática pela unidade auditora:

“Não obstante os registros acima consignados, cumpre salientar por dever de justiça que esse mesmo trabalho de auditoria revelou a existência de achados positivos, alguns deles revelando-se como boas práticas passíveis de serem adotadas por toda a Justiça Eleitoral, dentre os quais destacam-se: 1. Criação pela AEPE de Procedimento Administrativo Eletrônico específico (PAE 39.883/2019), para tratar dos apontamentos desta auditoria, com alguns encaminhamentos já realizados durante o seu curso; 2. Existência de Processo de trabalho com fluxograma publicado na intranet, que é adotado pela Unidade Auditada. 3. Identificação de que o Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional, que consta nos PAE n. 11.329/2019 (fls. 39-69) analisado nessa auditoria, mostrou-se como um documento de alta qualidade capaz de subsidiar de forma consistente a tomada de decisões por parte da Alta Administração”

As realizações já efetivadas pelo TRESA frente aos apontamentos de auditoria:

- Edição da Portaria P. n. 194/2019 que incluiu o trecho destacado a seguir: “considerando ser de competência do CPGE a análise dos resultados dos indicadores estratégicos e seu desdobramento, incluindo quanto à elaboração de projetos associados ao desempenho em relação às metas estabelecidas;” (Achado A3);

- Criação da página de Governança Institucional reunindo as informações sobre o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (Achado A6);
- Criação e publicação no sítio da internet: Documento: Evolução dos Resultados – Ciclo Estratégico 2016-2021 que apresenta de forma gráfica a evolução dos resultados dos indicadores estratégicos deste Tribunal (Achado A8);
- Proposta de retificação na ficha do indicador IA7.1 para submissão ao CPGE em RAE (Achado A4);
- Realização de consulta às unidades e comissões responsáveis pelas medições dos indicadores (Achado A5).

MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Missão: Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

2016 **Visão de futuro:** Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança. **2021**

Valores:

Coerência	Comprometimento	Ética
Flexibilidade	Inovação	Integração
Reconhecimento	Respeito	Transparência

Sociedade

Garantia dos direitos da cidadania

Combate à corrupção e à improbidade administrativa

Processos Internos

Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral

Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional

Aperfeiçoamento da gestão da informação

Pessoas e Recursos

Aperfeiçoamento da gestão de pessoas

Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

Fortalecimento da governança

Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação

DESEMPENHO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

O desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é medido com base no alcance das metas de cada objetivo do Planejamento Estratégico Institucional, instituído pela Res. TRE-SC n. 7.935/2015.

Após a reformulação dos indicadores estratégicos ocorrida em 2016, foram estabelecidos 9 indicadores, um para cada objetivo estratégico. Os indicadores estratégicos são calculados conforme indicadores de apoio selecionados para cada objetivo, com pesos iguais ou diferenciados em especificidades de anos eleitorais e anos não eleitorais. Os indicadores possibilitam avaliar, de forma objetiva, a evolução da execução do ciclo estratégico no TRE-SC.

Em 2018, tendo em vista a necessidade de ampliação da vigência do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em 1 ano (2016 a 2021), conforme deliberado pelo Conselho de Governança Corporativa na reunião ocorrida em 28 de junho, foi elaborada uma proposta revisional dos indicadores do Planejamento Estratégico.

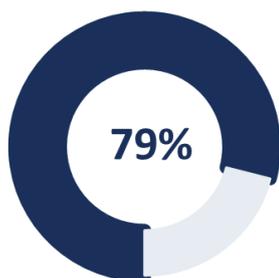
A minuta do documento foi construída colaborativamente com as unidades e comissões responsáveis pelas medições dos indicadores e analisada pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e Comitê Permanente de Integração e Comunicação (CPCI) e disponibilizada para o público interno da Justiça Eleitoral catarinense para envio de sugestões.

A proposta contemplou a revisão de metas dos indicadores estratégicos e de apoio, incluindo o ajuste referente à ampliação do período e também circunstâncias ambientais internas e externas previstas para o período 2018-2021. Além disso, considerou as medidas de melhoria sugeridas pelas unidades ao longo dos exercícios 2016 e 2017.

O resultado foi aprovado pelo Conselho de Governança Corporativa e submetido pela Presidência ao Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e originou a Res. TRESC n. 7.991/2018.

PRINCIPAIS RESULTADOS DO EXERCÍCIO 2019

Os gráficos a seguir indicam os valores medidos em 2019. Foram atingidas as metas para os indicadores estratégicos OE3, OE4, OE5, OE7, OE8 e OE9. A partir da próxima página cada um dos percentuais é descrito, comparado à meta correspondente e ao histórico de medições dos anos anteriores e, no caso dos indicadores OE1, OE2 e OE6, as justificativas para não atingimento da meta, elaboradas pelas unidades responsáveis pela respectiva medição, são apresentadas.



IE1 - Índice de garantia dos direitos da cidadania



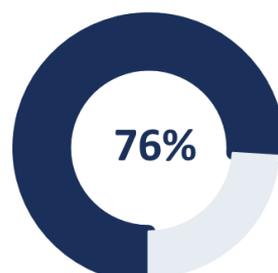
IE2 - Índice de combate à corrupção e à impobridade administrativa



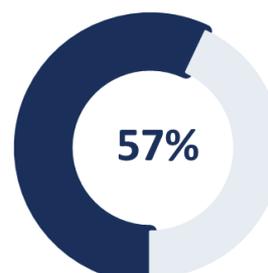
IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral



IE4 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional



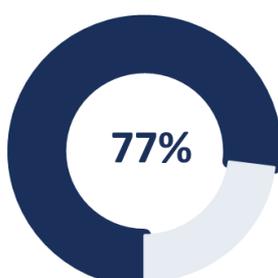
IE5 - Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação



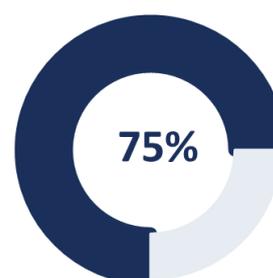
IE6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas



IE7 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária



IE8 - Índice de fortalecimento da governança

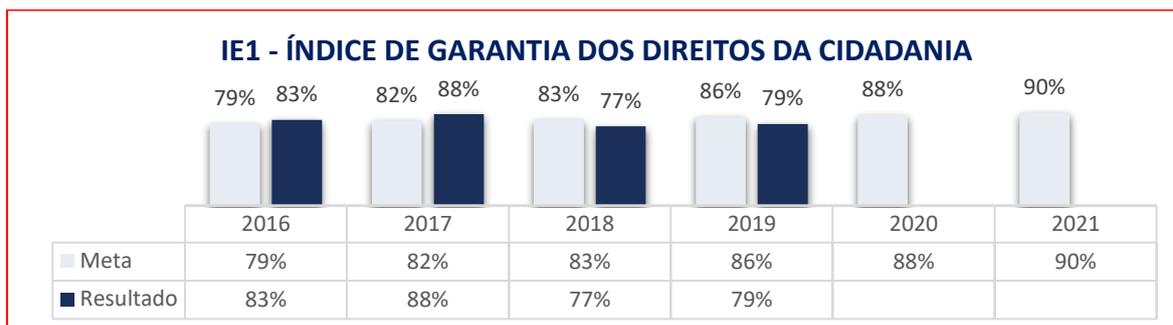


IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação

OE1 – GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA

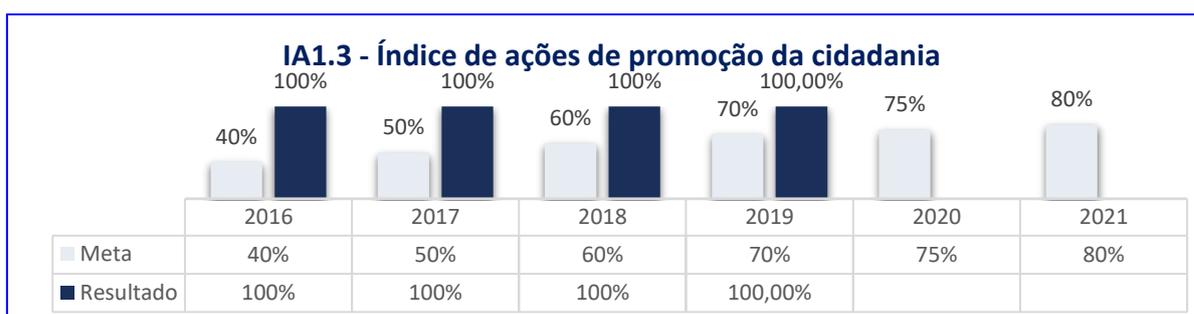
Refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.

Situação atual:

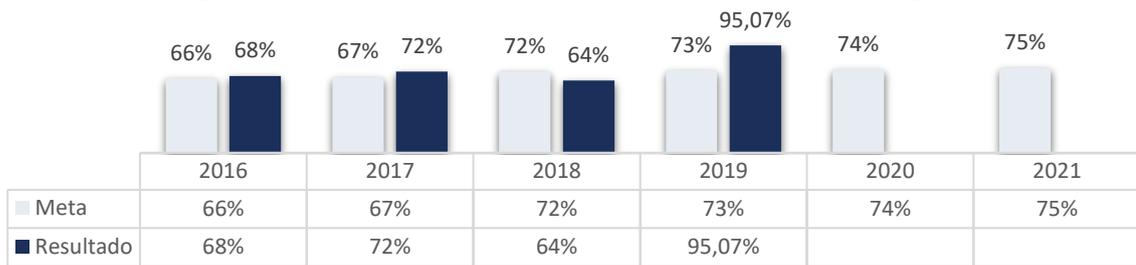


Composição:

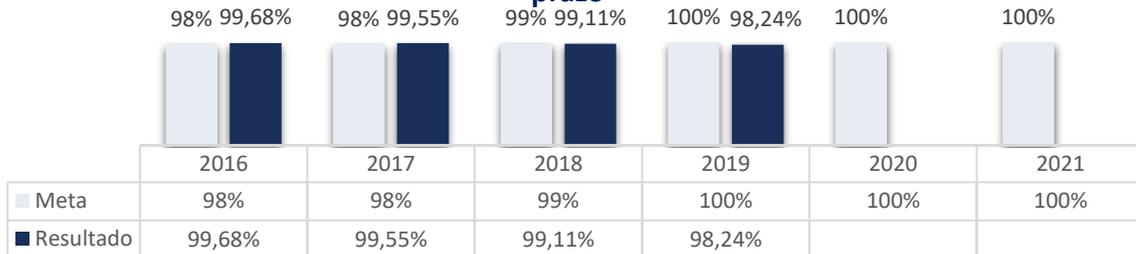
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



IA1.4 - Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRE-SC



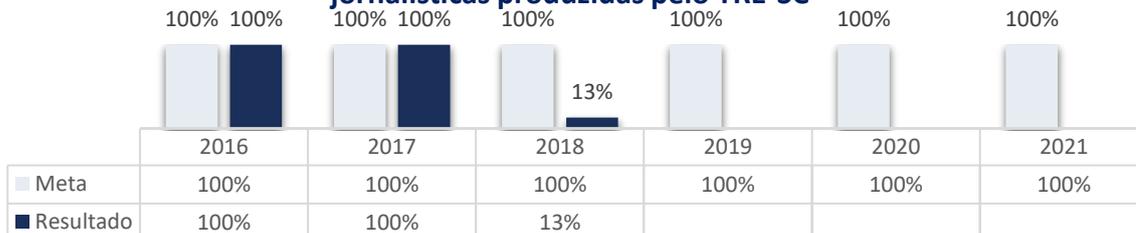
IA1.5 - Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo



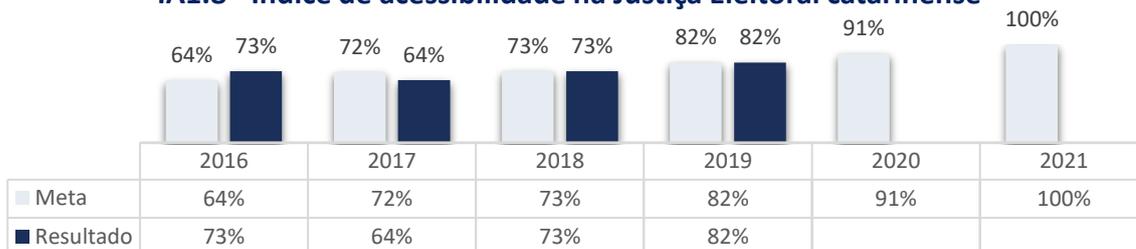
IA1.6 - Índice de desempenho do plano de logística sustentável

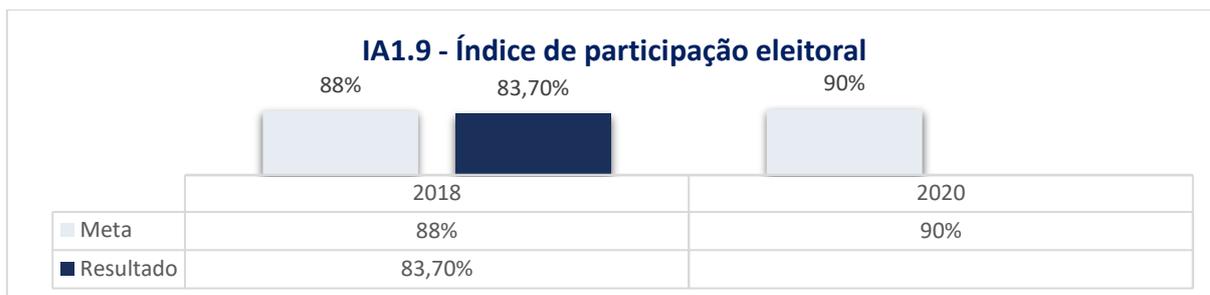


IA1.7 - Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC



IA1.8 - Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense





Análise dos resultados:

A exemplo do ano anterior, em 2019 não foi atingida a meta para o indicador OE1, embora tenha havido superação das metas estabelecidas para o exercício nos seguintes indicadores auxiliares: índice de qualidade no atendimento aos cidadãos, índice de ações de promoção da cidadania e índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRESA, bem como o atingimento da meta estabelecida para o índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral Catarinense.

O fator que mais contribuiu para o não atingimento da meta estabelecida para o objetivo estratégico refere-se à impossibilidade da aferição do resultado do indicador IA1.7, que mede o quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRE-SC, devido à ausência de contrato com empresa de clipagem, serviço que deixou de ser renovado em razão de restrições orçamentárias que sobrevieram.

Outros fatores que contribuíram para o resultado: em relação ao índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo, embora apenas 11 pedidos em um universo de 625 pedidos de acesso à informação realizados no exercício não tenham sido atendidos no prazo legal (em até 20 dias), a meta para o ano era de atender a 100% dos pedidos no prazo. Já em relação ao índice de desempenho do plano de logística sustentável o não atingimento da meta no exercício decorreu de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016, resultando na necessidade de priorização de alguns indicadores do Plano de Logística Sustentável em detrimento de outros.

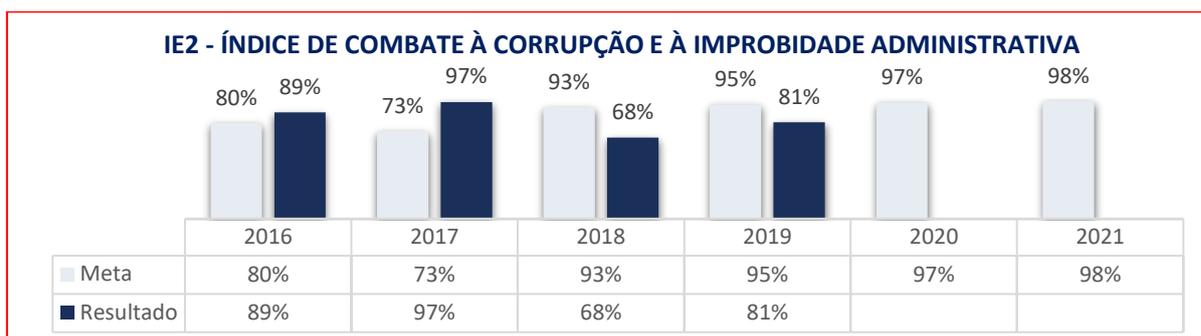
Medidas de melhoria propostas:

- ☉ Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ☉ Avaliar viabilidade orçamentária para contratação de serviço de clipagem.

OE2 – COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

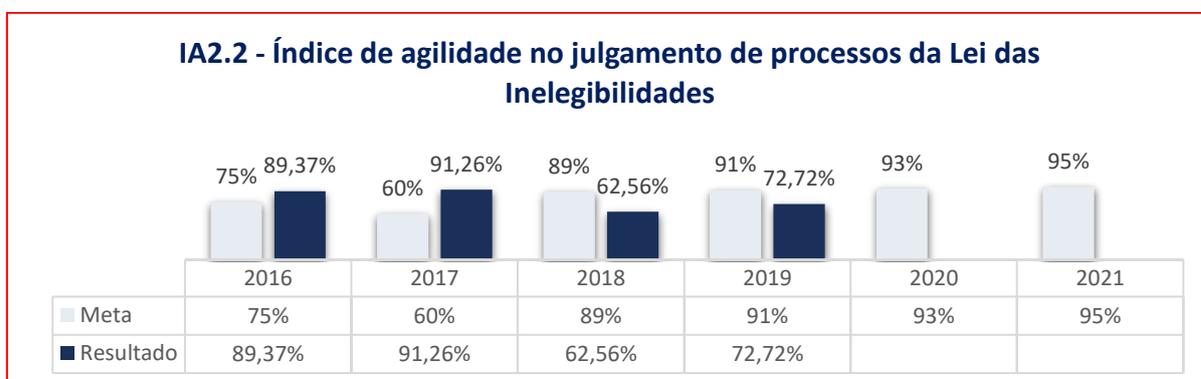
Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

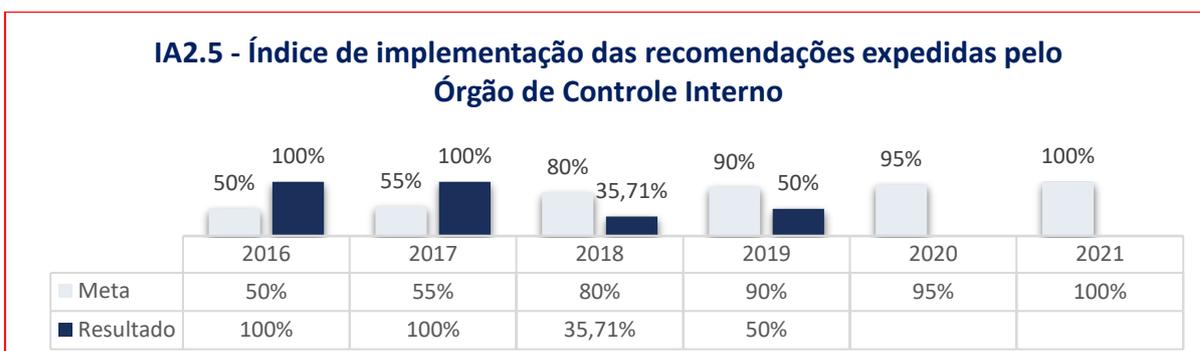
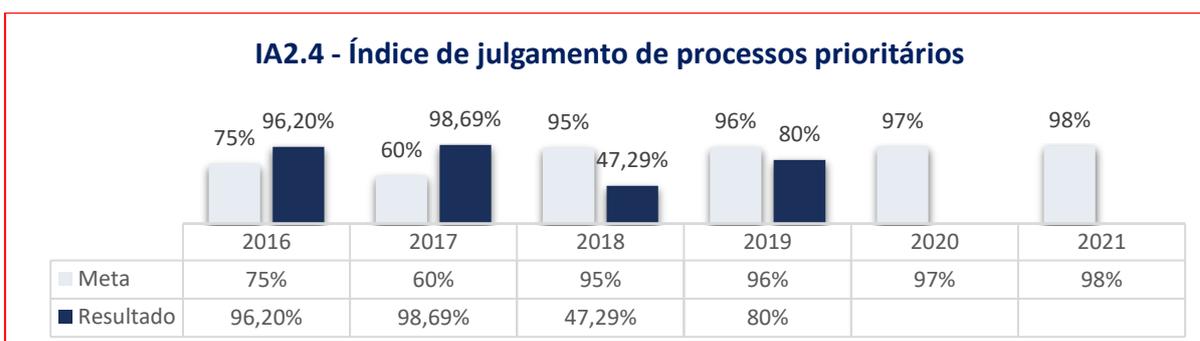
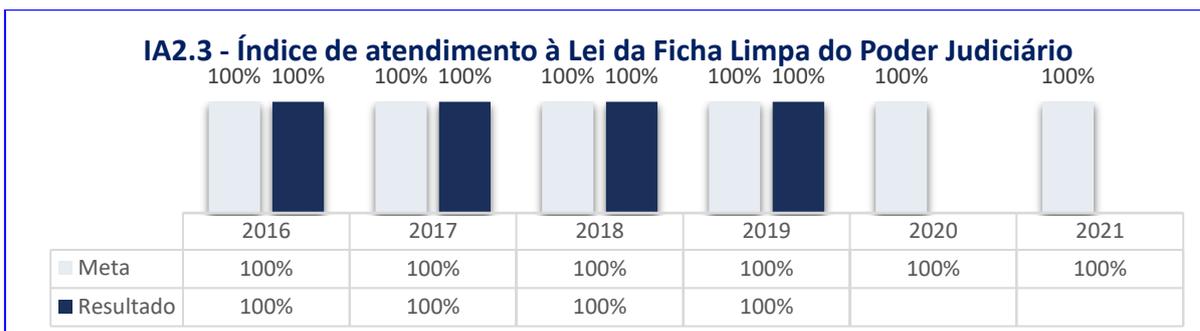
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2019, a exemplo do ano anterior, a Justiça Eleitoral em Santa Catarina não alcançou a meta de execução do indicador OE2, embora os indicadores auxiliares referentes ao plano anual de auditoria e ao atendimento à Lei da Ficha limpa do Poder Judiciário tenham obtido resultados favoráveis.

Três índices contribuíram para não alcançarmos a meta estabelecida para o objetivo estratégico: IA2.2, IA2.4 e IA2.5. Em relação ao índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das inelegibilidades, o não alcance da meta no exercício justifica-se pela complexidade própria dessas ações – cujos ritos e prazos são fixados pela Lei Complementar n. 64/90 –, e pelo incremento de trabalho decorrente do término do período eleitoral. Já em relação ao índice de julgamento de processos prioritários, foi apurado o resultado de 80% no julgamento em até 1 (um) ano de processos desse tipo,

aquém da meta fixada para este exercício. Muito embora as unidades tenham despendido esforço prioritário nessas ações, a complexidade determinada pelo processamento – cujos ritos e prazos são, em geral, fixados pela Lei Complementar n. 64/90 – impediram a agilidade almejada no enfrentamento dessas questões. Já em relação ao índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno, o resultado ficou aquém da meta estabelecida, apesar do esforço realizado pela Administração, que concluiu a implementação de 3 das recomendações acompanhadas pelo Órgão de Controle Interno no exercício, remanescendo o completamento de outras 3 recomendações que, em razão do foco mantido no atendimento de iniciativas demandadas por órgãos externos de controle e regulação – como demonstram os resultados do Prêmio CNJ de Qualidade e dos rankings nacionais de governança e de transparência -, podem vir a demandar ajustes no prazo fixado para acompanhamento pela auditoria.

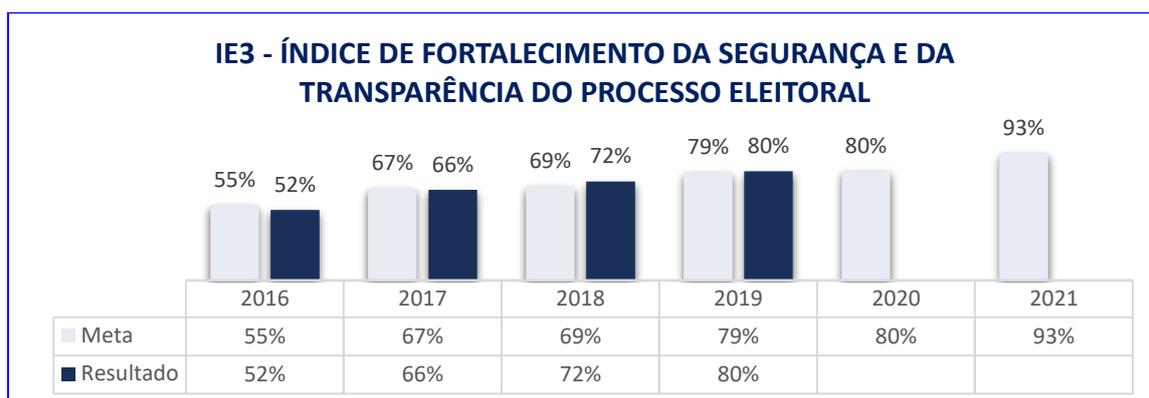
Medidas de melhoria propostas:

- ☉ Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ☉ Fixar novos prazos para atendimento das recomendações de auditoria que ainda remanescem e que estão com o prazo de acompanhamento expirado: Sistema de Gestão de Riscos e planos táticos do Plano de Continuidade de Negócios;
- ☉ Avaliar a exequibilidade dos prazos fixados para o cumprimento das demais recomendações de auditoria cujos prazos de acompanhamento expiram no exercício 2020, ajustando-as se necessário.

OE3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

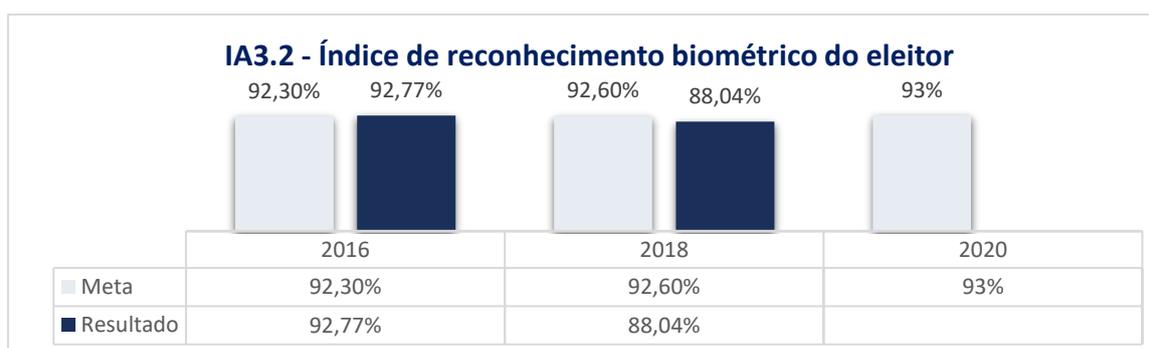
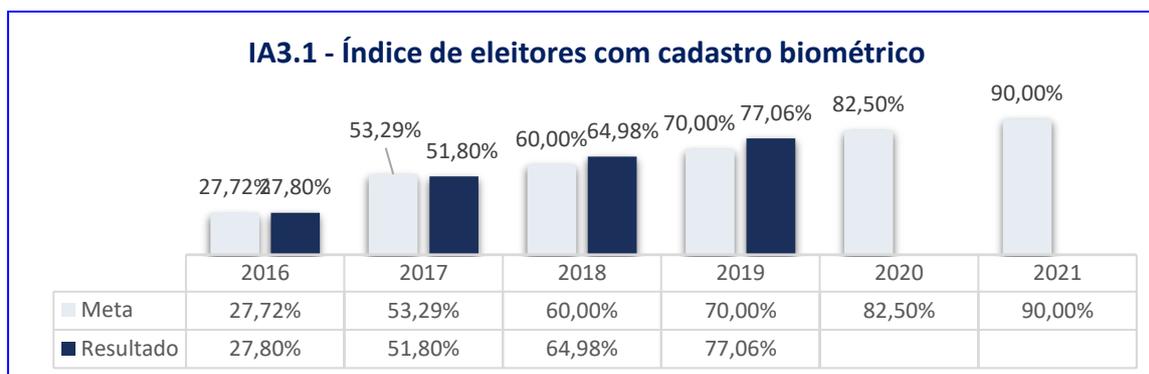
Está relacionado a objetivos e iniciativas que visem a garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.

Situação atual:

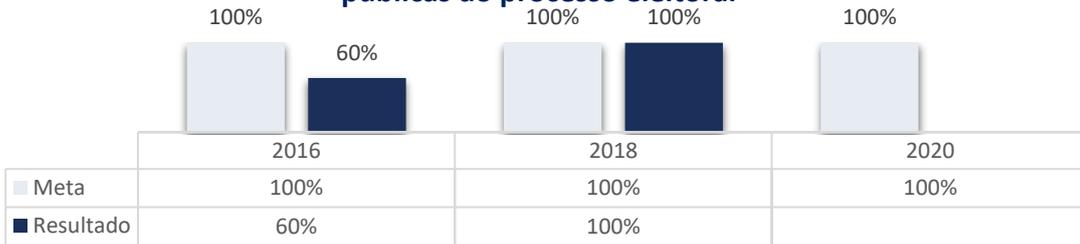


Composição:

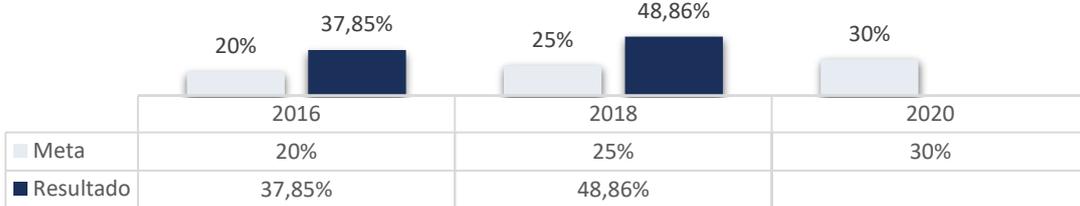
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



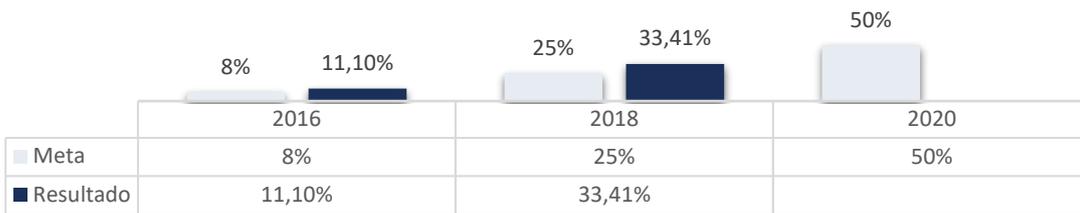
IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral



IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados



IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor



IA3.6 - Quantitativo de correções e inspeções



Análise dos resultados:

Em 2019, a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou a meta para o objetivo estratégico. Os esforços realizados pela Administração para ampliação do cadastramento biométrico dos eleitores, projeto estratégico prioritário no exercício, contribuíram para o alcance desse resultado, que superou a meta fixada. Em relação ao quantitativo de correções e inspeções o resultado ficou levemente abaixo da meta em razão da concentração de esforços para a implantação do Processo Judicial Eletrônico nas Zonas Eleitorais.

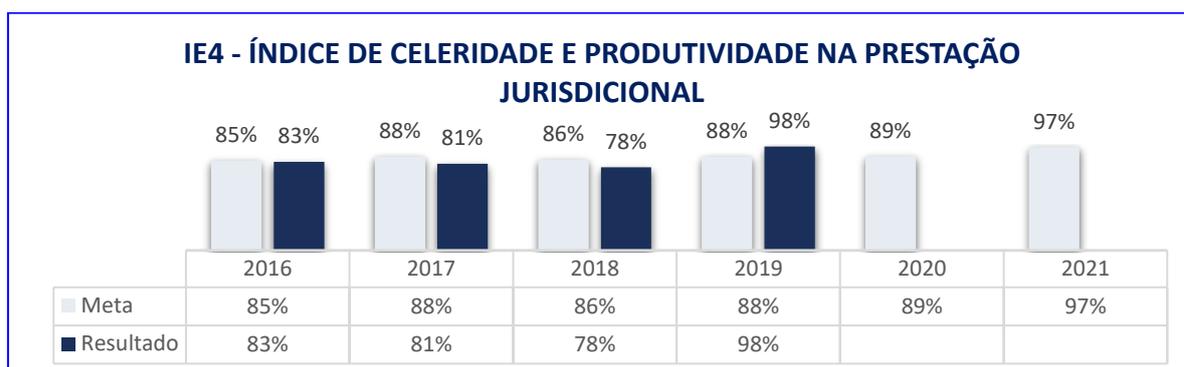
Medidas de melhoria propostas

- ⌚ Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;

OE4 – CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

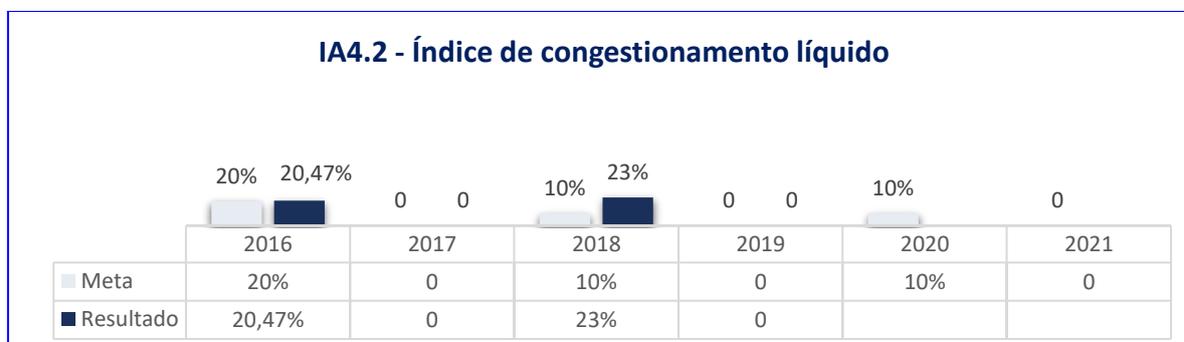
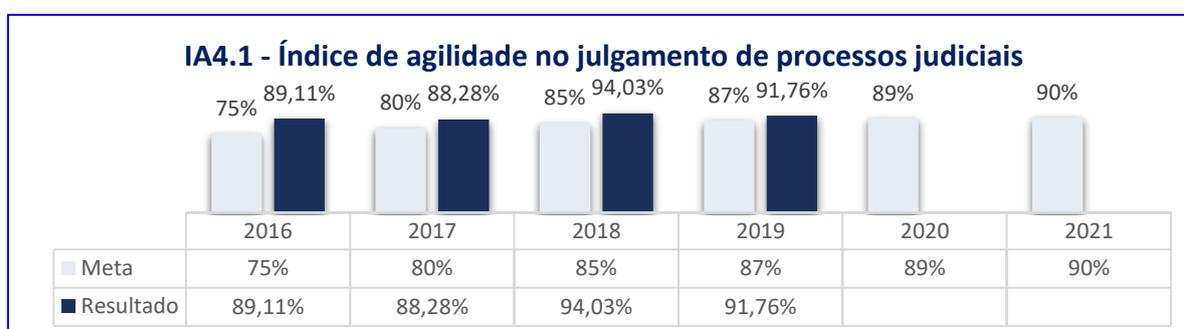
Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdiccional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.

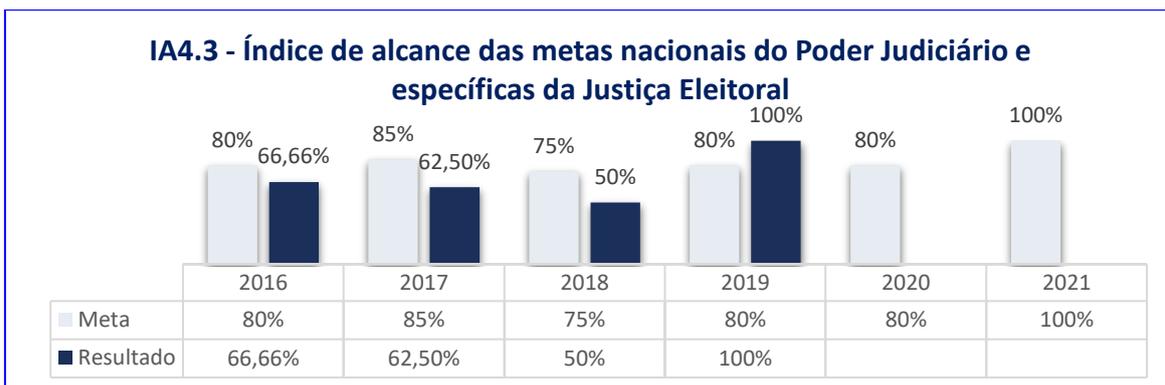
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2019, pela primeira vez no ciclo estratégico, a meta estabelecida para o objetivo estratégico OE4 foi superada. Todos os indicadores de apoio superaram ou alcançaram as metas fixadas para o exercício, e isto se deve ao esforço realizado pela Justiça Eleitoral em Santa Catarina para implementar medidas efetivas para acompanhamento e monitoramento dos resultados e à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as instâncias da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

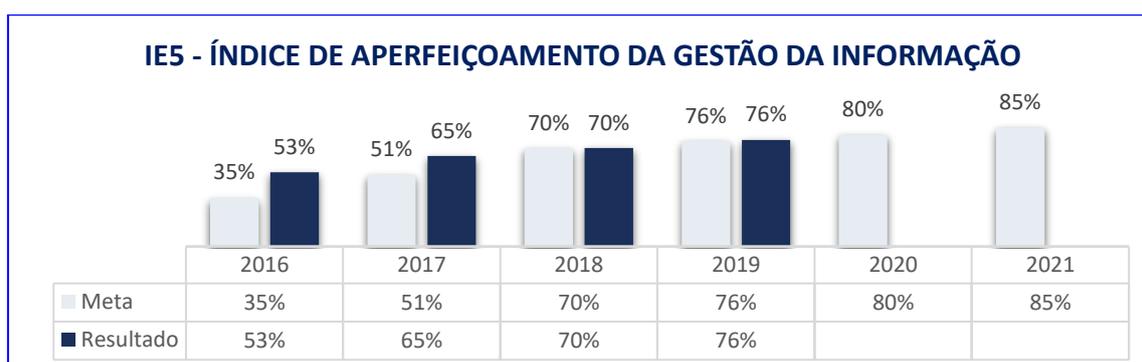
Medidas de melhoria propostas:

- 🕒 Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017.

OE5 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO

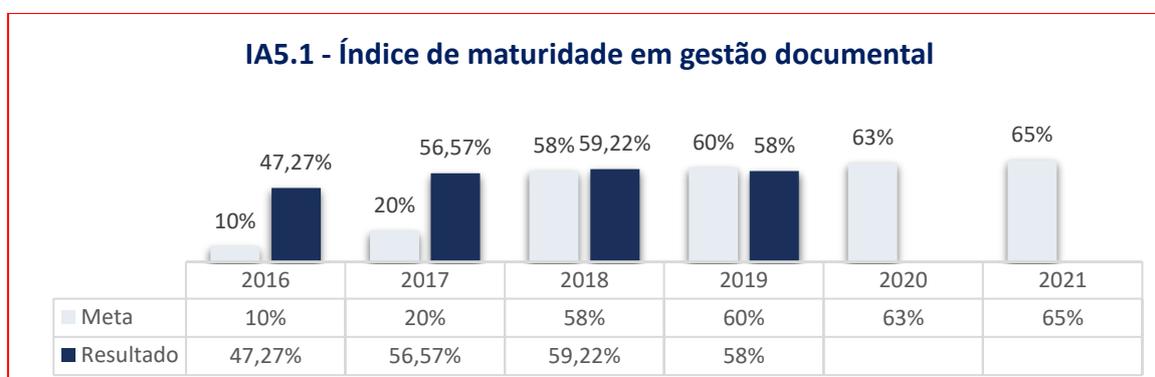
Refere-se ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação alinhada às normativas legais e adequada às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho. Objetiva implementar um sistema de arquivos e um repositório para documentos e informações corporativas (conteúdos textuais e multimídia) e desenvolver e implantar processos de gestão do conhecimento (relacionados com a criação, captura, armazenamento e disseminação do conhecimento corporativo), além de prover padrões abertos para a publicação de documentos.

Situação atual:



Composição:

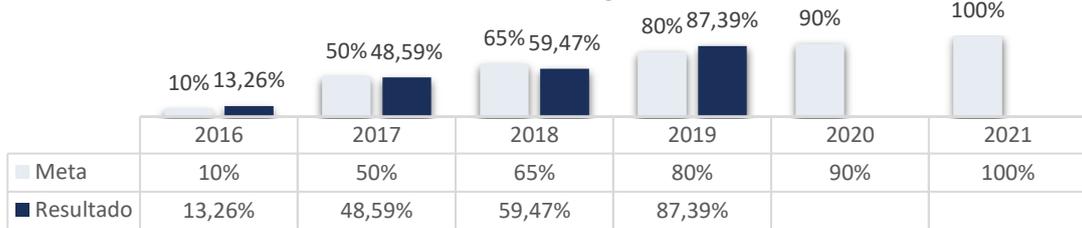
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação



IA5.3 - Índice de classificação documental



IA5.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense



Análise dos resultados:

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina novamente alcançou a meta estabelecida para o objetivo estratégico que vem evoluindo sistematicamente desde o primeiro exercício do ciclo atual deste planejamento.

Neste exercício evoluímos especialmente nos índices relacionados à maturidade em segurança da informação e à classificação documental.

Já em relação à maturidade em gestão documental, atingiu-se o percentual de 58%, chegando a um patamar bem próximo da meta prevista (60%). Consigna-se que os critérios para cálculo foram revistos e adequados à auditoria de gestão documental realizada pelo CNJ neste exercício.

Em relação ao índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense (IA 5.4), que mede o percentual de boas práticas relativas à transparência implementadas pela Justiça Eleitoral catarinense; e pretende avaliar a sua transparência, neste exercício também foi realizado o ajuste na fórmula de cálculo do indicador, com a adoção do índice obtido pelo ranking da transparência do Poder Judiciário. Por essa razão, o resultado obtido, de 84,43% ficou abaixo do previsto no Planejamento Estratégico. Contudo, tal valor configura o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em destaque nacional, perfilado entre os Tribunais mais transparentes do Brasil.

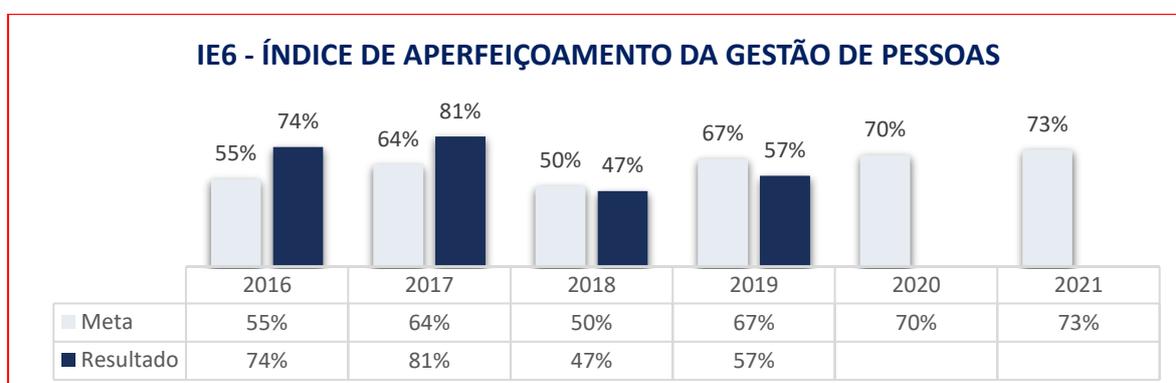
Medidas de melhoria propostas:

- ☉ Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ☉ Realizar diagnóstico dos itens previstos na Res. CNJ n. 215/2015 e ainda não atendidos, para promover a evolução da transparência deste Tribunal.

OE6 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRESA. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.

Situação atual:

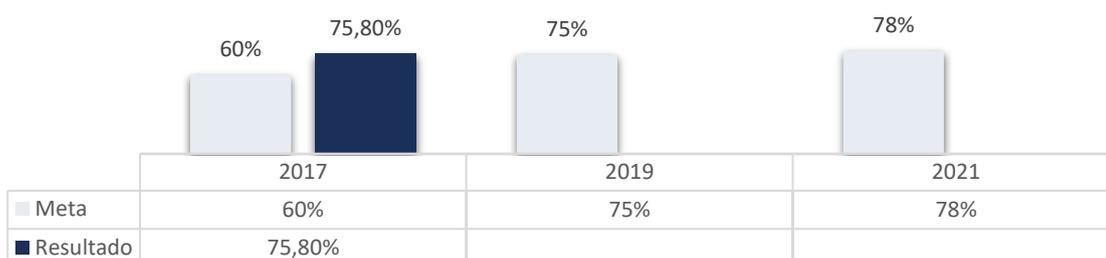


Composição:

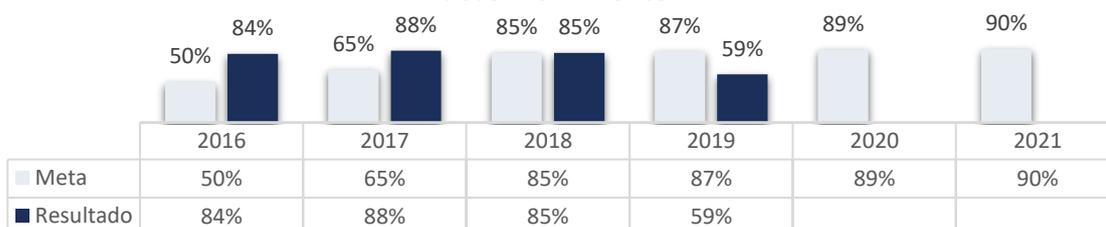
Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



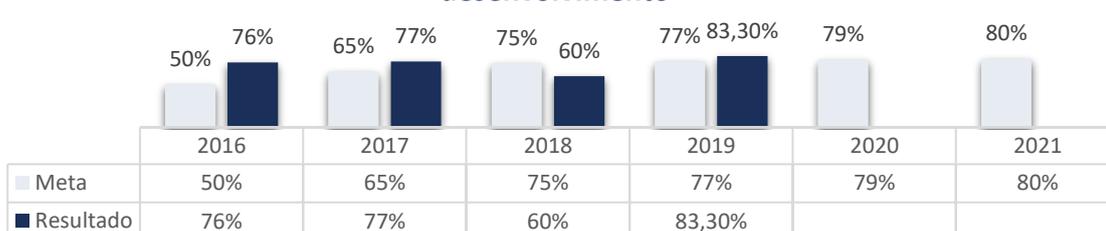
IA6.2 - Índice do clima organizacional



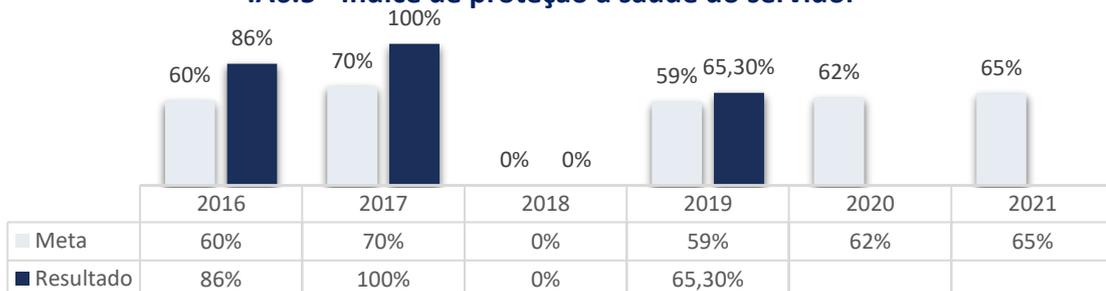
IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento



IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento



IA6.5 - Índice de proteção à saúde do servidor



Análise dos resultados:

A meta estabelecida para o objetivo estratégico OE6 neste exercício não foi atingida, embora a Justiça Eleitoral em Santa Catarina tenha evoluído em relação ao resultado alcançado no exercício 2018.

Superamos as metas para o IA6.4, índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento e IA6.5 – índice de proteção à saúde do servidor. Em razão da extensão da validade do resultado obtido pelo TRESA no IgovPessoas em 2018, também foi alcançada a meta do IA6.1 para o exercício 2019.

Apesar dos resultados positivos nos 3 índices acima, o principal motivo do não atingimento da meta do OE6 foi a não realização da pesquisa de Clima Organizacional previamente prevista, em razão da necessidade de concentração de esforços para a conclusão das atividades previstas no Programa de Gestão por Competências (projeto estratégico prioritário para a Justiça Eleitoral em Santa Catarina), que demandou grande mobilização da equipe da área de gestão de pessoas, contando com reforço adicional de comissão de apoio para as atividades de coleta e análise de dados. Também não foi possível alcançar a meta para o IA6.3 – índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento.

Medidas de melhoria propostas:

- ☉ Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ☉ Planejar a priorização da realização da pesquisa de clima organizacional para o exercício 2021.

OE7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.

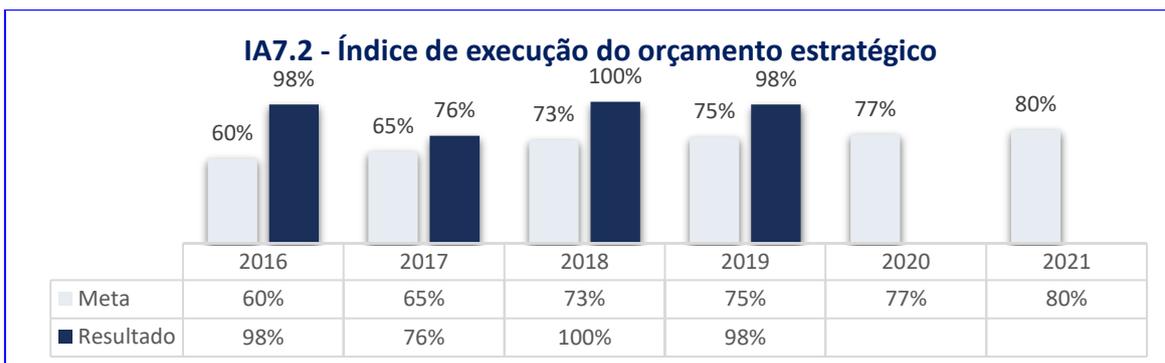
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo os índices: IA7.2 -Índice de execução do orçamento estratégico e o IA7.3 – Índice de economia com a realização de pregões, que refletiu uma economia de R\$ 1.587.575,28, mais do que dobrando a meta estabelecida para o período (R\$ 750.000,00). Em relação ao índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário, neste exercício o planejamento orçamentário não correspondeu integralmente ao efetivamente executado em virtude da suplementação orçamentária, fazendo com que os gastos em alguns itens do planejamento fossem superiores ao inicialmente concebido.

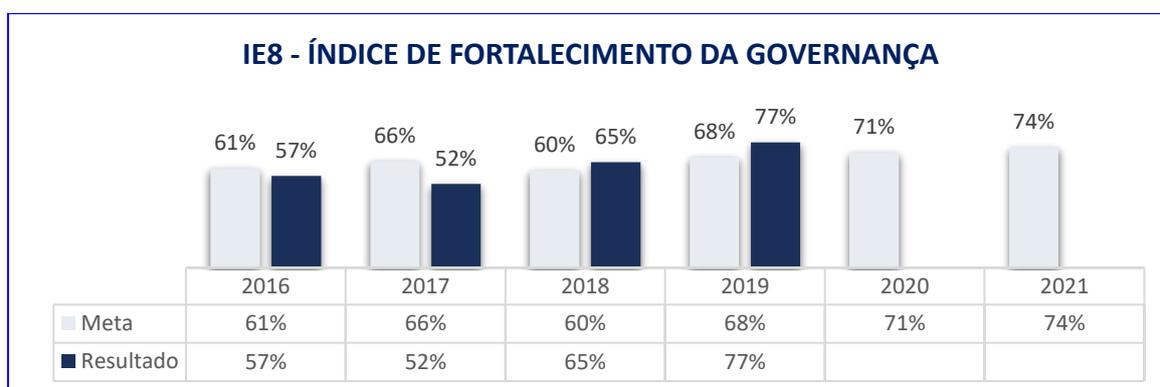
Medidas de melhoria propostas:

- 🔗 Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;

OE8 – FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA

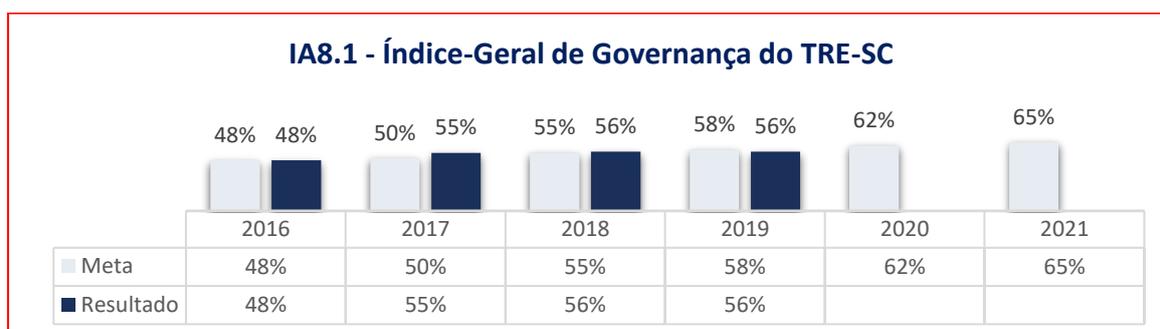
Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRESA, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão de informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.

Situação atual:

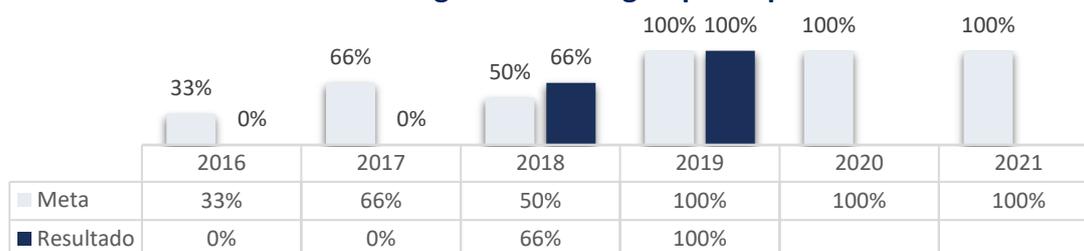


Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:



IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa



IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações



IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações



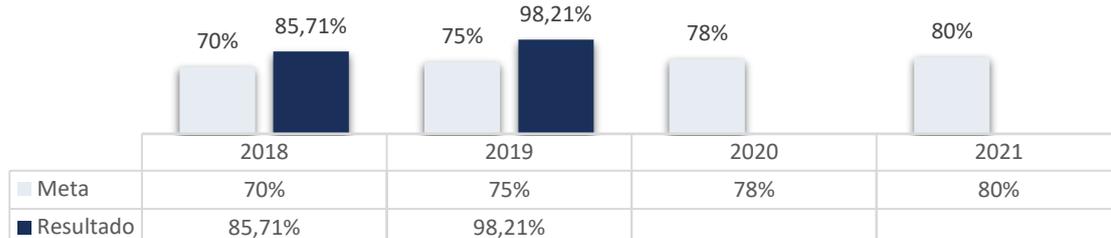
IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações



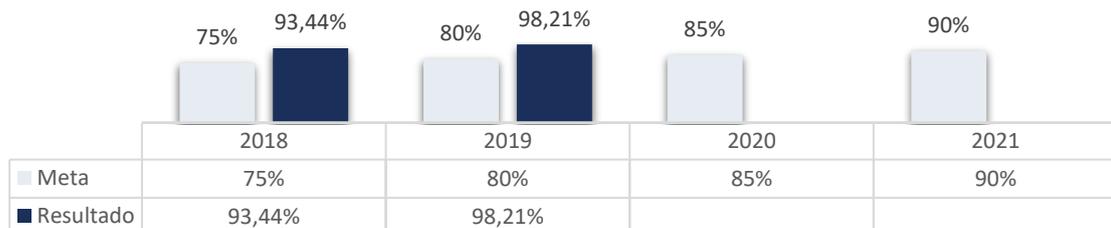
IA8.7 - Índice de maturidade em gestão de riscos



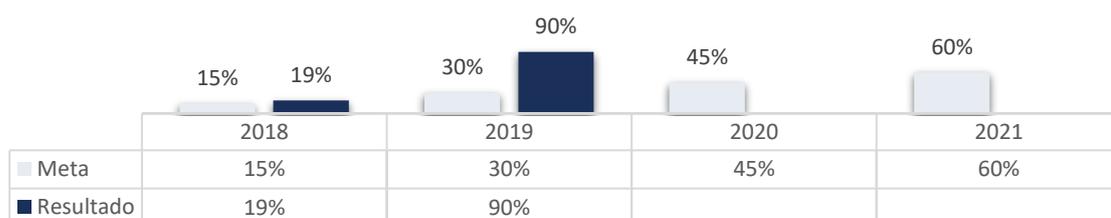
IA8.8 - Índice de satisfação com os trabalhos de auditoria interna



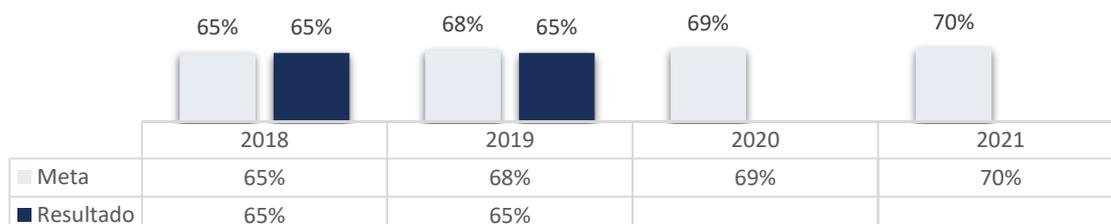
IA8.9 - Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados



IA8.10 - Índice de mapeamento dos processos de trabalho identificados na cadeia de valor



IA8.11 - Índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat)



Análise dos resultados:

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo a superação dos índices que medem as iniciativas estratégicas implementadas, a gestão estratégica participativa, a adequação ao planejamento de contratações, a agilidade nas modalidades de contratações, a maturidade em gestão de riscos, a satisfação com os trabalhos da auditoria interna e a qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados e o mapeamento de processos de trabalho identificados na cadeia de valor.

Em razão da extensão da validade dos resultados obtidos pelo TRESA em 2018 no índice geral de governança (IGG) e no índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat), não alcançamos as metas para o exercício: 58% e 68%, respectivamente. Já em relação ao índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações, houve demora no encaminhamento de estudos preliminares e projetos básicos por parte de algumas unidades e necessidade de adequação das minutas de editais ao novo decreto regulamentador do pregão eletrônico, o que impactou negativamente no resultado obtido pelo indicador IA8.5.

Medidas de melhoria propostas:

- ☉ Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;
- ☉ Realizar diagnóstico para avaliar itens do questionário Perfil de Governança e Gestão Públicas – Ciclo 2020 que será aplicado pelo TCU no exercício 2020 para avaliar as medidas viáveis de implementação ainda no exercício 2020 (antes da aplicação do questionário previsto para maio/2020).

OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

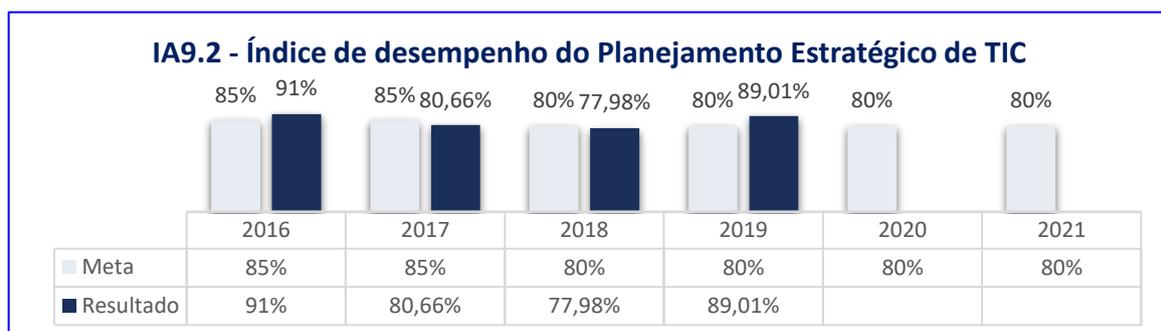
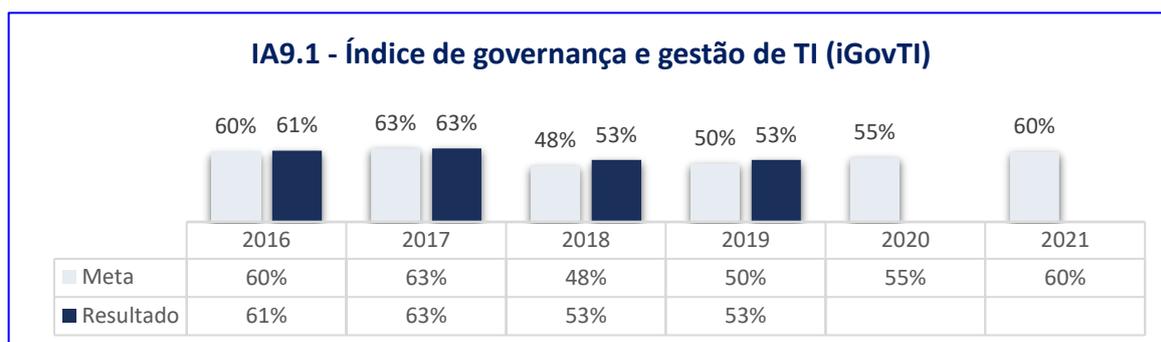
Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

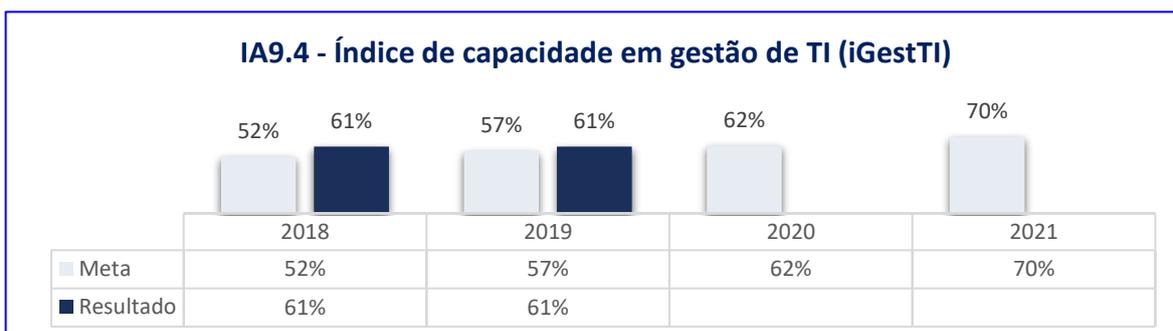
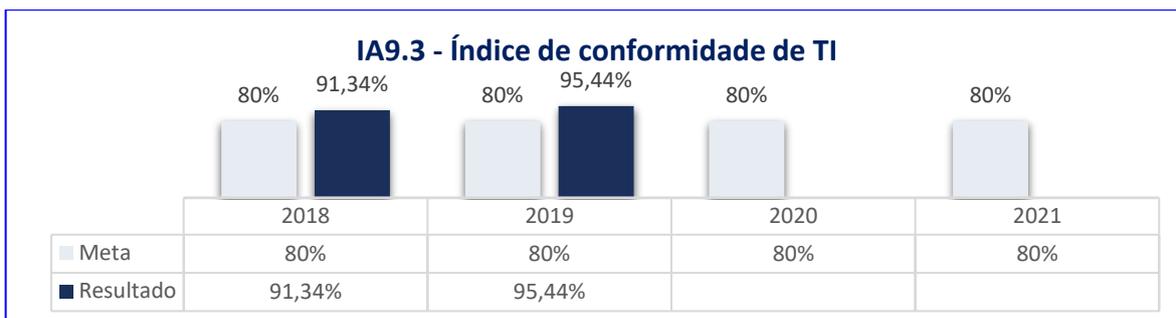
Situação atual:



Composição:

Compõem o cálculo do indicador estratégico os seguintes indicadores de apoio:





Análise dos resultados:

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico.

Todos os indicadores de apoio contribuíram para o resultado positivo. Apesar da não aplicação do questionário de levantamento de governança e gestão públicas pelo TCU no referido exercício e consequente extensão da validade dos resultados obtidos pelo TRESA em 2018 nos referidos índices (iGovTI e iGestTI), os resultados que já haviam sido positivos no exercício anterior continuaram superiores às metas fixadas para o exercício 2019.

Medidas de melhoria propostas:

- 🎯 Avaliar a conveniência e oportunidade para eventuais ajustes na atual composição do indicador estratégico, ou nas fórmulas e nas metas dos indicadores de apoio para que reflitam o contexto atual da Instituição frente aos principais desafios: Força de trabalho em quantidade inadequada para atendimento ao cidadão em um cenário de impedimento de recomposição da força de trabalho e restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016 e Portaria TSE 671/2017;